



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99179-1973) e envie um OI com seu nome e cidade.

Mais notícias em: www.sintsefceara.org.br | Para receber envie email: imprensasintsef@gmail.com | Ano VII - Nº 3375 14/09/2026

REAJUSTES, CONCURSOS E CARREIRAS: ENTENDA O QUE O PLOA 2027 PREVÊ PARA OS SERVIDORES



O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, prevê recursos para contratação de servidores, realização de concursos, reajustes e reestruturações de carreiras. A existência dessas autorizações, no entanto, não significa que todas as medidas previstas serão necessariamente executadas ao longo do próximo ano.

Segundo informações divulgadas pelo Senado Federal, o PLOA prevê o preenchimento de mais de 48 mil cargos vagos e a criação de 4.704 novas vagas no setor público federal. Para criação e provimento de cargos nos Três Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública, estão reservados R\$ 3,84 bilhões.

O principal ponto de atenção para os servidores está nas limitações impostas pelo atual regime fiscal. Como houve déficit primário nas contas públicas de 2025, foi acionado um dos gatilhos do chamado Novo Arcabouço Fiscal. Com isso, o crescimento real das despesas com pessoal em 2027 fica limitado a apenas 0,6% acima da inflação. O próprio Ministério do Planejamento confirmou essa restrição na apresentação do PLOA.

Na prática, isso significa que, mesmo existindo previsão no Orçamento para reajustes, reestruturações de carreiras ou novas contratações,

a efetivação dessas medidas dependerá da disponibilidade de recursos dentro dos limites fiscais. A autorização incluída no PLOA é necessária, mas não representa, por si só, garantia de execução.

Há ainda uma segunda questão: a chamada Regra de Ouro, prevista na Constituição Federal, estabelece limites para o endividamento público em relação às despesas correntes. No PLOA 2027, segundo análise divulgada pelo Senado, quase R\$ 53 bilhões das despesas com pessoal e encargos sociais dependem de autorização específica do Congresso Nacional para serem efetivamente executados. Essa autorização exige a aprovação, por maioria absoluta, de crédito suplementar.

Para o Sintsef-CE, esse cenário indica que 2027, assim como ocorreu em 2024, deverá ser novamente um ano de forte mobilização dos servidores para garantir reajuste salarial e avançar na recuperação das perdas acumuladas. As conquistas obtidas nos últimos quatro anos foram resultado direto da organização e da luta da categoria, e as limitações impostas pelas regras fiscais reforçam a necessidade de manter essa mobilização.

Após anos de defasagem salarial, redução dos quadros e aumento da demanda sobre os serviços públicos, concursos, nomeações, reestruturações de carreiras e reajustes devem ser tratados como investimentos necessários para garantir a capacidade de atendimento do Estado à população.

O envio do PLOA ao Congresso, portanto, é apenas uma etapa. A proposta ainda será analisada por deputados e senadores e poderá sofrer alterações até a aprovação definitiva. Para o movimento sindical, será necessário acompanhar de perto essa tramitação e cobrar que as previsões destinadas aos servidores sejam efetivamente preservadas e executadas, evitando que as limitações fiscais inviabilizem acordos, recomposições salariais e o fortalecimento dos serviços públicos.



**Para saber mais,
acesse as nossas
mídias sociais!**

#DEFESADAVIDA #DEFESADOSERVIÇOPÚBLICO

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação
Coordenação: Lucy Mary Matos e Petrônio Sales
Jornalistas: Junior Tavares (5050/CE) e Letícia Alves
Estagiários de Comunicação: Mariah Salvatore e
Guilherme Azevedo